

O uso do *a pessoal* como caracterizador do bilinguismo luso-castelhano

ANTONIO LUIZ GUBERT

Doutor em Letras. Professor no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Xanxerê.

E-mail: antoniogubert@gmail.com



Resumo: O presente artigo tem como objetivo avaliar um dos fenômenos linguísticos envolvidos no chamado “bilinguismo luso-castelhano”, o “*a pessoal*”. Após contextualização histórica do período em que Portugal e Espanha estiveram sob o domínio do mesmo rei (entre 1580 e 1640), serão apresentados dados sobre o fenômeno linguístico em estudo, bem como os resultados encontrados a partir da análise de obras de escritores bilíngues da época. Os resultados mostram que o “*a pessoal*” é uma das marcas mais importantes na relação entre o português e o espanhol na época do castelhano de Portugal. Como o fenômeno linguístico existe apenas em espanhol, os autores lusos, ao escreverem seus textos na referida língua, aplicaram os padrões de língua materna à língua castelhana.

Palavras-chave: *A pessoal*. Bilinguismo luso-castelhano. Monarquia dual. Sociolinguística.

Abstract: This article aims to evaluate one of the linguistic phenomena involved in the so-called “Portuguese-Castilian bilingualism”, “*a pessoal*”. After historical contextualization of the period in which Portugal and Spain were under the domain of the same king (between 1580 and 1640), data on the linguistic phenomenon under study will be presented, as well as the results found from the analysis of works by bilingual writers of the time. The results show that “*a pessoal*” is one of the most important marks in the relationship between Portuguese and Spanish at the time of Castilian Portugal. Existing only in Spanish, the Portuguese authors, when writing their texts in that language, applied the mother tongue standards to the Castilian language.

Keywords: *A pessoal*. Portuguese-Spanish bilingualism. Dual monarchy. Sociolinguistics.

1 Origem do bilinguismo luso-castelhano

A influência da língua e da cultura castelhanas em Portugal é anterior ao governo dos Filipes. Desde o século XV, o castelhano já era considerado como língua de prestígio em toda a Península Ibérica, antes da anexação de Portugal à Espanha.

O Tratado de Alcáçovas, em 1479, pode ser considerado como marco do início da influência espanhola sobre Portugal. O Tratado visava pacificar relações entre Portugal e os reinos de Castilha e Aragão e negociar questões da dinastia castelhana por meio de convênios e matrimônios.

Outro marco a ser considerado é a publicação do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, em 1516. A compilação de poemas com temática palaciana ou religiosa não só conta, em sua maioria, com poemas escritos em português, mas também inclui

inúmeros escritos em espanhol. O *Cancioneiro* segue os padrões das compilações castelhanas, como as empregadas no *Cancioneiro Geral*, de Hernando de Castillo, em 1511.

Entretanto, o principal motivador para a formação da unidade diglósica foram os matrimônios entre famílias reais portuguesas e castelhanas. No período entre 1498 e 1578, quatro rainhas espanholas, três como esposas de D. Manuel I (D. Isabel, D. Maria, D. Leonor) e a esposa de D. João III (D. Catarina), presidiram a corte portuguesa. Todas as quatro rainhas mantinham tradição dos costumes espanhóis e do castelhano como idioma de comunicação. Além disso, a corte de damas, os confessores e os súditos seguiam os desejos das rainhas, compartilhando do prestígio concedido ao castelhano.

Também há que se considerar a influência religiosa para a inserção do espanhol no espaço português. Grande quantidade de religiosos espanhóis chegava a Portugal para atuar como professores e confessores de membros da família real. No ensino, também há que se destacar a influência da Universidade de Salamanca. A língua de ensino na Espanha, assim como em toda a Europa, era o latim. Contudo, quando D. João III reforma o ensino universitário em Portugal (1537 – 1547), solicita professores espanhóis, “servindo para aumentar ainda mais a provinciana admiração por tudo o que fosse espanhol que [...] experimenta o Portugal pré-filipino”. (VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 42).

Desse modo, há uma grande influência castelhana na cultura e na língua. Os autores portugueses também se sentem influenciados e passam a escrever em espanhol.

O século XV é uma época brilhante para as letras castelhanas, que adquirem então um grande prestígio. Pelo contrário, Portugal, cuja língua tinha sido utilizada antes por todos os poetas líricos da Península, assiste ao enfraquecimento de seu prestígio cultural. [...] Os portugueses, mesmo quando escrevem em sua língua, assimilam os hábitos, os gostos, o estilo dos castelhanos. (TEYSSIER, 2005, p. 352)

Muitas obras do português foram traduzidas ao espanhol. O teatro em castelhano invade o espaço português, com obras escritas por castelhanos ou com a tradução de peças portuguesas ao espanhol. Talvez fosse o único modo de o teatro poder ser representado ou ter público, se encenado na língua considerada como de maior prestígio social no momento.

Para Teyssier (2005, p. 352),

O bilinguismo dos escritores portugueses é, conseqüentemente, um aspecto particular de um fenômeno muito geral. A unidade cultural da Península estava tão bem próxima de constituir uma realidade. Esta hispanização de Portugal, sublinhe-se, não priva os contemporâneos portugueses da sua personalidade e da sua originalidade, e nem tampouco os impede de assumir sua independência como povo.

Gil Vicente, escritor português, tema de pesquisa de Teyssier (2005), é um exemplo de autor que se mostrava convicto de que o uso do castelhano não

atrapalharia seu reconhecimento como patriota português. Para Gil Vicente, as línguas eram tratadas como domínios diferentes, perfeitamente diferenciados, sem que houvesse por ele motivo de perturbação ou remorso. (TEYSSIER, 2005, p. 353)

Nas palavras de Gil Vicente, na *Floresta de enganos*, citadas por Teyssier (2005, p. 352-353), encontra-se um trecho em que se nota o sentimento nacionalista do autor:

“Agora nos faria o demo
a nós outros castelhanos?
Queria antes ser lagarto,
Pelos sanctos evangelhos!”

“Ora, m’enganava tanto
que cuydey que éreis vós santo
e vós falais castelhano.”

No entanto, os maiores representantes do nacionalismo linguístico português são os escritores humanistas posteriores a Gil Vicente. Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes de Leão redigem tratados gramaticais que têm por objetivo defender e ilustrar a língua portuguesa¹. Nos versos de Diogo Bernardes, citados por Teyssier (2005, p. 352), encontra-se um exemplo de manifestação convicta com relação ao idioma português:

“Pois dando à pátria tantos versos raros,
um só nunca lhe deu em língua alheia.”

Teyssier (2005) questiona como Gil Vicente e os demais escritores da época aprenderam o espanhol e como o utilizavam no dia a dia. Como naquela época a estrutura do português e a do espanhol ainda eram semelhantes, um português que aprendesse o espanhol não aprendia uma língua totalmente estrangeira, apenas submetia sua língua a uma espécie de transposição. De fato, nas questões estruturais da língua, como na sintaxe e na morfologia, há bastante semelhança entre os sistemas. As diferenças se acentuavam nos pormenores, como cita Teyssier (2005), referindo-se, provavelmente, ao léxico.

O espanhol entrava em Portugal como língua escrita e como língua falada. Como eram impressas mais obras em castelhano que em português, a população leitora tinha facilidade em ter contato com o material em castelhano. Como língua oral, o meio mais propício para o contato eram as relações diretas com o povo da corte, com os nobres ou com seus inúmeros servos.

O *status* social que o espanhol acabou recebendo foi o de língua falada pelas classes mais elevadas, gozando de prestígio social.

¹ Fernão de Oliveira é autor da “Grammatica da Lingoagem Portuguesa” (1536); João de Barros escreve a “Grammatica da Lingua Portuguesa”, em 1539-40. Duarte Nunes de Leão é autor de “Ortographia”, de 1576, “Origem da Lingua Portuguesa” (1606). Além dessas obras, há outras inúmeras despontando tanto na área de ortografia como na área da lexicologia.

Falada pela alta sociedade da época, era língua nobre, distinta, refinada. Assim, a hispanização linguística de Portugal, quer era nula, ou muito reduzida, entre o povo miúdo, acentuava-se à medida que se ascendia nos círculos mais elevados da aristocracia e da corte. (TEYSSIER, 2005, p. 354)

Para Vázquez Cuesta (1986), as relações diglósicas naquele espaço induzem o português para posição inferior, falada nos contextos domésticos e familiares e menos usada na literatura, enquanto o espanhol passa a ser a língua da política e da grande literatura, a língua da cultura. O uso das línguas, então, estava definido por critérios sociais e linguísticos.

A maioria dos escritores portugueses passa a escrever nos dois idiomas, como Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões, enquanto outros chegam a utilizar apenas a língua espanhola, como é o caso de Jorge de Montemor, que muda seu próprio nome para Montemayor, castelhanizando o vocábulo. Conforme Sousa (2008), o uso do espanhol é tão geral que em muitas obras atuais são citadas obras escritas em castelhano como se fossem clássicos da literatura portuguesa.

A referência mais encontrada para explicar o uso do espanhol nos contextos citados faz menção ao caráter de universalidade do idioma, sendo o espanhol a língua mais comum das duas e seu uso possibilitaria ampliar o público leitor das obras. A seguir, algumas justificativas compiladas por Vázquez Cuesta (1986), em que os autores justificam por que optaram pelo uso do espanhol em seus textos.

A primeira diz respeito a um trecho de um relato de viagem publicado em 1610, de um autor anônimo português. O autor explica os motivos de ter transformado o texto (escrito em português originalmente) em língua castelhana, para tornar seu livro mais público:

Primero escribí estas relaciones en mi lengua materna portuguesa [...], y queriendo imprimir por licencia que ya para ello tenia mudé de parecer, obligado de la instancia y consejo de amigos, púselo en lengua castellana [...], juzgando que en esta lengua quedaba más comunicable y mi patria antes recibía sevicio que ofensa; no dudo que como va escrito en lengua no propia lleve el estilo y habla muchas impropiedades que tú, cándido lector, corregirás con tu prudencia y saber. (*apud* VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 119).

No segundo exemplo, um trecho de *Flores da Espanha, Excelências de Portugal*, de D. António de Sousa Macedo (1631), mais uma vez o caráter de universalidade fica evidente:

Y perdonad si, dejada la excelente lengua portuguesa, escribo en la castellana, porque como mi intento es pregonaros por el mundo todo, he usado por más universal esta y porque también los portugueses saben estas excelencias y así para ellos no es menester escribilas. (*apud* VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 118).

Este terceiro exemplo é de autoria de Bernarda Ferreira de Lacerda, autora de *España Libertada* (1618), em que também se encontra o desejo de a obra alcançar um público maior, justificando a redação em espanhol:

Y tu mi patrio reino lusitano que de muchos de Europa eres corona, si por escribir esto en castellano he dejado tu lengua, me perdona; que es el origen de la historia hispano y quiero que mi musa, pues la entona, también a lo español vaya vestida para ser más vulgar e conocida. (*apud* VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 114).

No trecho seguinte, continuação do exemplo anterior, é louvado o fato de o português ser considerado a língua mais próxima ao latim, a mais rica em sua variedade de pronúncia:

Confieso que tu lengua que merece mejor lugar después de la latina con que muchas palabras se parece y es como ella de toda historia divina, empero el ser tan buena la escurece, y así la estraña gente nunca atina con su pronunciación y sus dulces modos la española es fácil para todos. (*apud* VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 114).

Contudo, mesmo com as qualidades citadas para o português, é em espanhol que a autora escreve, pois considera a língua *fácil para todos*. Manuel Faria e Sousa, em *Europa Portuguesa* (1678), concorda com o pensamento de D. Bernarda, no trecho onde se lê: “Escribo en castellano por ser idioma claro y casi común” (*apud* VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 114).

As obras em português corriam o risco de permanecer obscuras ou alcançar apenas um público limitado, já que não dispunham de igual prestígio das escritas em castelhano. Nas palavras do escritor Manuel Galhegos, pode-se perceber claramente o sentimento de frustração em relação ao idioma português:

A língua portuguesa como não é hoje a que domina esqueceram-se dela os engenhos que com seus escritos a podiam enriquecer e autorizar; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde; pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraçoso para a altiveza [...] (*apud* VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 121).

Inevitavelmente, o espanhol que é utilizado pelos escritores portugueses começa a dar sinais de conter marcas linguísticas particulares, tornando-se uma espécie de “castelhano de Portugal”, com fisionomia e tradições próprias. Contudo, conforme cita Teyssier (2005), ainda não há estudos consistentes sobre a prática e a descrição do período do bilinguismo luso-castelhano e de suas manifestações em obras. A descrição de elementos desse “castelhano de Portugal” é o grande objetivo deste trabalho.

1.1 O declínio do bilinguismo

De acordo com Sousa (2008), António Ferreira era um dos poucos escritores quinhentistas portugueses que se recusavam a escrever em castelhano. Segundo a autora, além de o poeta utilizar apenas o idioma português, incitava os demais a

fazerem o mesmo. Vejamos um trecho do poema “Floresça, fale, cante, ouça-se a portuguesa língua”, parte da “Carta a Pero de Andrade Caminha”.

“Mostraste-te tégora tão esquecido
 Meu Andrade, da terra, em que nasceste,
 Como se nela não foras nascido.
 Esses teus doces versos, com que ergueste
 Teu claro nome tanto, e que inda erguer
 Mais se verá, a estranha gente os deste.
 Porque o com que podias nobreecer
 Tua terra, e tua língua lho roubaste,
 Por ires outra língua enriquecer?
 Cuida melhor que quanto mais honraste,
 E em mais tiveste essa língua estrangeira,
 Tanto a esta tua ingrato te mostraste.
 Volve pois, volve, Andrade, da carreira,
 Que errada levas (com tua paz o digo)
 Alcançarás tua glória verdadeira.
 Té quando contra nós, contra ti imigo
 Te mostrarás? obrigue-te a razão [...]
 Floreça, fale, cante, ouça-se, e viva
 A Portuguesa língua, e já onde for
 Senhora vá de si soberba, e altiva.
 Se téqui esteve baixa, e sem louvor,
 Culpa é dos que a mal exercitaram:
 Esquecimento nosso, e desamor.
 Mas tu farás, que os que a mal julgaram,
 E inda as estranhas línguas mais desejam,
 Confessem cedo ant’ela quanto erraram.
 E os que depois de nós vierem, vejam
 Quanto se trabalhou por seu proveito,
 Porque eles para os outros assi sejam.” [...]²

O fragmento comprova o fato de que Ferreira adotava posição patriótica em relação ao idioma, lamentando que os versos que poderiam enaltecer sua pátria estariam beneficiando outra. Sousa (2008) também destaca a posição do gramático Gândavo, que defendia explicitamente o uso do português frente ao espanhol.

Para Vázquez Cuesta (1986, p. 111),

[...] Muitos dos portugueses que escreveram em castelhano durante o período filipino não eram, ou pelo menos não se sentiam, partidários do domínio espanhol, pelo que têm de procurar álibis para um comportamento que estava em contradição com seu patriotismo.

Já se mencionaram anteriormente algumas justificativas para a diglossia. Contudo, para poder explicitar as causas do seu enfraquecimento e a consequente

² *In*: “Poemas Lusitanos”, vol. II, Editora Sá da Costa, Lisboa, 1971.

separação das línguas, é importante considerar o acima exposto por Vázquez Cuesta, que traz à tona a não identificação do uso do castelhano como um compromisso político ou ideológico com a dominação espanhola. O bilinguismo seria, então, um fenômeno muito além da dominação política da Espanha sobre Portugal, já que, de fato, ela tem início muito antes da anexação do reino de Portugal pelos Filipes. Também se faz importante lembrar que grande parte da literatura jurídica e militar em louvor à autonomia de Portugal, escrita no momento da Restauração, está escrita em castelhano. Vázquez Cuesta (1986) cita textos como os panfletos com relatos de guerras, com títulos como *Sucesos vitoriosos del ejército del Alentejo y relación sumaria de lo que por mar y tierra obraron las Armas portuguesas contra Castilla en 1643* (panfleto publicado em Lisboa, 1644, por Salgado de Araújo); *Relación verdadera y puntual de la famosa y memorable victoria que el ejército de Portugal [...] alcanzó del ejército del Rey de Castilla [...]* (panfleto anônimo publicado em Lisboa, 1664); ou de peças teatrais sobre o triunfo independentista sobre os castelhanos como *La mayor hazaña de Portugal*, de Manuel Araújo de Castro, publicada em Lisboa em 1645. Além disso, o próprio rei restaurador, nove anos após a regência dual, escreve a obra *Defensa de la Música Moderna*, em castelhano.

Em suma e ratificando o que fora exposto anteriormente, o uso do castelhano está mais atrelado a uma ordem geral que considerava o idioma como universal que com o partidarismo dos autores em relação ao governo dual.

A dominação política não resultou de imediato no fim do bilinguismo. Nas palavras de Teyssier (2005, p. 37):

É somente depois de 1640, com a Restauração e a subida ao trono de D. João IV, que se produz uma certa reação antiespanhola. O bilinguismo, todavia, perdurará até o desaparecimento dos últimos representantes da geração formada antes de 1640.

O período que vai da Restauração dinástica até as reformas pombalinas pode ser considerado como o período de transição para uma cultura portuguesa. É nesse cenário que entram em declínio a força do pensamento religioso e a ascendência castelhana e começam a se fazer sentir novos ares de cultura moderna no país, no contexto do fortalecimento do absolutismo régio e do surgimento de uma burguesia incipiente. (SOUSA, 2008, s.p.)

A transposição se desenvolve durante cerca de cem anos, distanciando a mentalidade medieval portuguesa (mantida em Portugal mesmo após a Renascença, por conta da Contrarreforma) de uma mentalidade moderna, cenário do Barroco e de autores como António Vieira, Francisco Manuel de Melo e Luís Antonio Verney.

2 O fenômeno linguístico em estudo

O complemento direto preposicionado do espanhol, também conhecido como suplemento ou complemento oblíquo, vem sendo bastante estudado por linguistas das diversas especialidades, como sintaxistas e semanticistas.

A causa do grande número de estudos sobre o assunto se deve aos múltiplos fatores envolvidos em sua gênese, relacionados tanto à forma quanto ao conteúdo. Por conta da natureza da construção, composta pela estrutura [preposição + complemento direto], há em questão tanto o papel desempenhado pela preposição quanto o do complemento, situados dentro de um universo oracional e semântico mais amplo.

O complemento preposicional, em um primeiro momento, pode ser confundido com o complemento indireto ou com complemento circunstancial, já que os três possuem semelhanças em sua composição. Com o complemento direto, sem preposição, isso não ocorre, pela inexistência da preposição na estrutura [verbo + completo]. Para que seja desfeita qualquer ambiguidade, é necessário avaliar a regência do verbo e a semântica da preposição que o acompanha (ou acompanha o complemento).

Com relação ao complemento indireto, ou seja, [verbo + prep. + complemento], esse apresenta verbo que necessita de um objeto preposicionado, com relação de dependência sintática e semântica entre os termos. Já no complemento circunstancial, gerado na estrutura [verbo + preposição + complemento], a direção do movimento de dependência segue o esquema [verbo + preposição > complemento]. Nesse sentido, há completa independência sintática e semântica da preposição com o verbo e relação de dependência da preposição com o complemento, com conservação do sentido pleno da preposição.

No caso dos complementos diretos preposicionados, interesse deste estudo, o movimento obedece à estrutura [verbo < preposição – complemento], com relação de total independência sintática da preposição com o verbo e relação de dependência semântica entre estes. A preposição, nesse caso, parece perder seu sentido relacional e passa a existir somente pela necessidade semântica da estrutura, ou seja, apenas para marcar o traço [+ humano], conforme veremos na seção a seguir³. Nesse caso, o núcleo verbal é o portador do conteúdo léxico, enquanto que a preposição esvaziada atua como elemento de ligação, com valor exclusivamente gramatical. Nesse sentido, o conteúdo dos elementos com os quais o verbo combina é o que promove a criação dos novos significados.

O “a pessoal” nada mais é que o uso da preposição *a* diante de complementos verbais diretos, quando esses forem relacionados a pessoas. É uma das características peculiares do espanhol, que herdou a construção original do caso acusativo latino⁴. Contudo, o português⁵ e as demais línguas provindas do latim, com exceção do

³ Há ainda outro tipo de relação entre preposição e verbo, que é quando a preposição encontra-se incorporada à estrutura do verbo, como em *sobrevoar* (preposição *sobre* + verbo *voar*), o que geralmente não cria uma soma de significados, mas outro sentido particular. Não temos aqui um caso de regência.

⁴ O acusativo latino sem preposição correspondia ao complemento direto e, quando antecedia nomes próprios, levava preposição. O acusativo com as demais preposições equivale ao atual complemento circunstancial.

⁵ No entanto, em português, são possíveis construções como “Amar a Deus”, “Querer a alguém”, em que o a acompanha verbos transitivos diretos relacionados à expressão de sentimentos, funcionando apenas como recurso estilístico ou desambiguizador.

napolitano⁶, não dispõem dessa marcação, o que poderia gerar dificuldades no aprendizado do castelhano pelos usuários das demais línguas neolatinas⁷.

A preposição *a* do acusativo, no entanto, é ativada somente em determinadas situações, especialmente as de traço [+humano]. Pode ser considerada como uma oposição a uma marcação \emptyset , funcionando como uma palavra adicional, sem aparente razão para existência se não observarmos a história da língua, uma vez que as preposições costumeiramente marcam o complemento indireto.

Há que se observar também que, em muitas situações, apesar de o traço [+humano] estar evidente, a preposição não é utilizada, devido a alguma restrição semântica do verbo que selecionou o complemento direto. A especificidade do referente é outra característica que pode motivar ou não a marca preposicional.

Ainda, segundo Company-Company (2000, *apud* MORENO s. d., p. 4, tradução nossa)⁸,

É um fato conhecido que o objeto direto em espanhol atual está estendendo a marca preposicional *a* com objetos diretos inanimados, abstratos e concretos (*temo a la vida, puse a la silla en el medio*), com isso, dita marcação preposicional está deixando de ser uma espécie de classificador, associado a objetos diretos humanos, ou seja, está deixando de ser *a pessoal*, para se transformar em um verdadeiro marcador de caso objetivo⁹.

Então, causas motivadas por relações pragmático-discursivas também poderiam estar agindo durante a escolha pela marcação com preposição de complementos diretos, ampliando o escopo para animados e inanimados. Pela proximidade estrutural entre o português e o espanhol e considerando que o uso do “*a pessoal*” em português tem apenas função estilística, é provável que os autores portugueses em estudo não tenham empregado a preposição *a* quando o contexto assim o exigia, criando sentenças carregadas de variação por interferência linguística.

⁶ Exemplo: *Io conusco a uno molto bravo*. (Yo conozco a uno muy competente). Por Moreno (s. d., p. 2).

⁷ O romeno também marca complemento direto pessoal com preposição; contudo, com o uso do *pe*: *Pavel l-a urmanit pe ucigas*. (Pablo lo observo al asesino). Dado segundo Michaela Comsa, citado por Moreno. (*idem, ibidem*).

⁸ COMPANY-COMPANY, C. La lucha diacrónica de OD y OI por el estatus gramatical ‘objeto’ en el español. *Colloquio Internazionale Oggetti Romanzi*. Università degli Studi Roma Tre. Dipartimento di Linguistica. Roma, 2000.

⁹ “Es un hecho sabido que el objeto directo en español actual está extendiendo la marca preposicional *a* con objetos directos inanimados, abstractos y concretos (*temo a la vida, puse a la silla en el medio*), con lo cual, dicha marcación preposicional está dejando de ser una especie de clasificador, asociado a objetos directos humanos, es decir, está dejando de ser *a personal*, para convertirse en un verdadero marcador de caso objetivo.”

3 Metodologia de coleta e análise dos dados

3.1 A composição do corpus

Os textos selecionados para esta pesquisa foram obtidos a partir de pesquisa nos endereços eletrônicos da Biblioteca Nacional de España e da Biblioteca Nacional de Portugal¹⁰. Ambas as bibliotecas dispõem de acervo digitalizado de todo tipo de texto, em especial os antigos, escritos nas mais variadas línguas, que passaram por tratamento digital para que não se perdessem com o tempo e pudessem alcançar um número maior de leitores.

Procurou-se por autores citados no *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, obra escrita por Domingo García Péres, em 1890, que contém uma compilação de aproximadamente seiscentos nomes de autores e excertos de suas obras do tempo que estamos estudando. Após seleção dos nomes, buscaram-se, nas bibliotecas, as obras dos referidos autores, que necessitavam ter publicado em ambas as línguas, para que fosse possível justificar o fato da *interferência linguística* por transposição das estruturas do português sobre as do espanhol. Lembrando que no *Catalogo Razonado* não são citadas as obras em português dos autores, caso as tenham escrito.

Após análise e seleção, foram os textos seguintes em espanhol os utilizados para a coleta de dados:

Tabela 1: Textos utilizados para a coleta de dados

AUTOR	OBRA	TIPO	QTD. PÁG.
APRESENTACAO, Luís da. (1581-1653)	<i>Vida de la bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi</i>	Prosa	146
ARAGAO, Fernando Ximenes de. (15-- -1630)	<i>Restauracion del hombre y consolacion sobrenatural de la Theologia</i>	Prosa	379
AZEVEDO, Luís Marinho de. (? - 1652)	<i>Exclamaciones politicas, juridicas, y morales. Al Summo Pontifice, Reyes, Principes, Respublicas amigas, y confederadas con el Rey Don Juan IV. de Portugal...</i>	Prosa	204
CAMOENS, Luiz de. (1524?-1580)	<i>Poesías castellanas y autos</i>	Verso	199*
CORTE REAL, Jerónimo. (1530-1590)	<i>Felicissima victoria concedida del cielo...</i>	Verso	464
LEAO, Duarte Nunes de. (1530-1608)	<i>Genealogia verdadera de los reyes de Portugal</i>	Prosa	208
MACEDO, António de Sousa de. (1606-1682)	<i>Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento...</i>	Prosa	24
MELO, Francisco Manuel de. (1608- 1666)	<i>Historia de los movimientos y separasion de Cataluña</i>	Prosa	348
VIEIRA, Antonio. (1608-1697)	<i>Las cinco piedras de la honda de David</i>	Prosa	190
VICENTE, Gil. (1465?-1537)	<i>Copilacam de totalas obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco liuros.</i>	Verso	534*

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

¹⁰ Endereços eletrônicos: www.bne.es (Espanha) e www.bnportugal.pt (Portugal).

Portanto, foi utilizado um total de dez autores e dez obras, três delas escritas em verso e sete em prosa, totalizando 2696 páginas analisadas. É um número bastante expressivo de material para análise. O asterisco após o número de páginas significa que a obra foi escrita parte em português e parte em espanhol.

As variáveis delimitadas para este estudo seguem os modelos de estudo de Paul Teyssier (2005) em sua pesquisa sobre a caracterização da/s língua/s utilizadas por Gil Vicente, especialmente analisadas nos itens “J – Lusismos relativos à morfologia do verbo” (p. 450) e “L – Lusismos de Sintaxe” (p. 465).

Conforme Teyssier (2005, p. 465), o parentesco entre o português e o espanhol é tão próximo que as diferenças sintáticas entre as duas línguas são muito limitadas e, por outro lado, a sintaxe do espanhol e a do português antigo eram em muitos aspectos bem mais livres ou diversificadas do que hoje. “Será pois conveniente ser muito prudente na apreciação dos lusismos de sintaxe.” (TEYSSIER, 2005, p. 466).

Teyssier (idem, ibidem) ainda cita que “estamos em domínio em que a identificação do lusismo se torna difícil” ao se referir às variações no nível sintático, e cita duas das variáveis dependentes de nosso estudo como “dois casos muito nítidos” de lusismos: “o lugar dos pronomes átonos nas subordinadas” (aqui reinterpretado como *posição dos clíticos com relação a verbos simples e combinações de verbos*) e o emprego do “a pessoal”.

Apesar de o estudo do autor abarcar questões relacionadas à sintaxe e à morfologia, seu grande norte são as questões relacionadas ao léxico. Teyssier (2005) faz um levantamento de “lusismos de vocabulário” muito completo, do mesmo modo para “lusismos gráficos” e “lusismos de rima”. Quanto aos lusismos de morfologia, o autor cita também alterações nas conjugações verbais, como a troca pelas desinências *-eço* quando no espanhol deveria ser utilizado *-ezco*, e alterações gráficas na ortografia de verbos como *crer* quando em espanhol o uso é *creer*.

3.2 Procedimento metodológico

Após a etapa de seleção de textos e a delimitação das variáveis mais significativas para este estudo, procedeu-se à coleta de dados nos textos baixados dos *sites* das bibliotecas digitais.

Os dados foram coletados e classificados segundo os parâmetros delimitados para cada variável. Para que fosse possível rodar o programa estatístico para análise de regra variável, o GoldVarb 2001¹¹, cada ocorrência e suas subclassificações receberam códigos identificáveis pelo *software*.

¹¹ O GoldVarb 2001 é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul - do inglês Variable Rules Analysis, e “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (GUY; ZILLES, 2007, p. 105). O programa GoldVarb 2001 foi idealizado por Steve Harlow, que tomou como base a versão anterior, GoldVarb 2.0 de Rand & Sankoff para Macintosh. O pacote de programas foi desenvolvido na Universidade de York, pelos departamentos de Língua e Linguística e de Ciências da Computação.

Após as rodadas, foram criadas tabelas com os percentuais de ocorrências e os correspondentes pesos relativos, quando não houve restrição de qualquer ordem. Para os casos em que o resultado dos pesos relativos acusar *nocautê*, ou seja, 0% ou 100% de ocorrência da variável, o que indica que não há variação, apenas os dados percentuais serão apresentados.

4 Análise dos dados

Foram coletadas 982 construções compostas por [verbo + (a) complemento direto + humano], sendo um total de 583 para uso do *a* diante do complemento direto e 399 para a ausência.

A primeira rodada de dados foi a partir do valor de aplicação “prosa”, da variável “tipo de texto”. Os dados foram cruzados com as demais variáveis, para testar se fatores ligados à tipologia textual estariam influenciando no (não) uso da preposição *a* diante de complementos diretos de traço [+humano].

A primeira tabela gerada foi o cruzamento da variável “tipo de texto” com as quatro possibilidades de realização da variável “(não) uso do *a* pessoal”:

Tabela 2: Tipo de texto x presença/ausência do *a* pessoal

PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL	TIPO DE TEXTO				RESULTADO	
	PROSA	%	VERSO	%	TOTAL	%
USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	217	36	157	43	374	39
USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	144	23	65	17	209	21
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	115	29	87	24	202	20
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. COMUNS	136	22	61	16	197	20
TOTAL	612	63	370	37	982	100

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

A rodada de dados mostrou uma distribuição mais elevada para dados em prosa (612 dados, 63%) contra os em verso (370 dados, 37%). O uso do *a* diante de substantivos próprios (374 dados, 39%) também predominou sobre os demais, os quais tiveram distribuição regular entre si (209 dados para uso diante de substantivos comuns, 202 para ausência diante de substantivos próprios e 197 dados para ausência diante de substantivos comuns – 21%, 20% e 20%, respectivamente). No cruzamento dos dados, o número mais elevado de ocorrências se deu para o uso do *a* pessoal diante de substantivos próprios em textos em prosa (217 ocorrências), e o menor índice se deu no cruzamento entre ausência diante de substantivos comuns e textos em verso.

O segundo cruzamento se deu entre as variáveis dependentes “autor” e “tipo de texto”, e os resultados estão expressos na tabela a seguir:

Tabela 3: Autor x tipo de texto – variável *pessoal*

AUTORES	TIPO DE TEXTO		RESULTADO	
	PROSA	VERSO	TOTAL	%
LM	99	0	99	10
%	100	0	-	Nocaute
DL	165	0	165	16
%	100	0	-	Nocaute
AM	5	0	5	0
%	100	0	-	Nocaute
FM	136	0	136	13
%	100	0	-	Nocaute
CR	0	240	240	24
%	0	100	-	Nocaute
LP	101	0	101	10
%	100	0	-	Nocaute
GV	0	90	90	9
%	0	100	-	Nocaute
AV	80	0	80	8
%	100	0	-	Nocaute
FX	27	28	55	5
%	49	51	-	-
LC	0	12	12	1
%	0	100	-	Nocaute
TOTAL	612	370	982	-
%	62	37	-	100

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

Houve um maior número de dados de autoria de Corte Real (CR), em verso, seguido de Duarte Nunes de Leão (DL), em prosa. Contudo, como é possível perceber, apenas em Fernão Ximenes de Aragão (FX) não houve nocaute, ou seja, nos demais nove autores, obteve-se 0% ou 100% das ocorrências para determinado tipo de texto. Portanto, esse cruzamento na variável “a pessoal” precisa ser excluído ou modificado para que seja possível a rodada de regra variável.

No terceiro confronto da primeira rodada, cruzamos as variáveis dependentes “autor” com as possibilidades de presença/ausência do complemento direto preposicionado. Novamente foram detectados nocautes, com 0% de ocorrências em duas células.

Na tabela a seguir, o terceiro cruzamento de variáveis.

Tabela 4: Autor x presença/ausência do *a pessoal*

AUTORES	PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL				RESULTADO	
	USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	AUSÊNCIA DIANTE DE SUBS. COMUNS	TOTAL	%
LP	52	31	8	10	101	10
%	52	31	7	10	-	-
FX	26	26	0	3	55	6
%	47	47	0	6	-	Nocaute
LM	21	27	19	32	99	10
%	21	27	19	33	-	-
LC	2	3	2	5	12	1
%	16	26	16	42	-	-
CR	113	31	65	31	240	24
%	47	13	27	13	-	-
DL	54	17	64	30	165	17
%	32	11	39	18	-	-
AM	2	1	0	2	5	1
%	40	20	0	40	-	Nocaute
FM	24	37	22	52	135	14
%	17	28	16	39	-	-
AV	50	18	2	10	80	8
%	63	22	3	12	-	-
GV	30	18	20	22	90	9
%	33	20	22	25	-	-
TOTAL	374	209	202	197	982	-
%	39	21	20	20	-	100

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

Os nocautes ocorreram em 0% de dados em Fernão Ximenes de Aragão para “ausência diante de substantivos próprios” e, em Antonio de Sousa de Macedo, também com zero ocorrência para o mesmo item. Portanto, também será necessário ajuste nesse cruzamento para que seja possível a rodada dos pesos relativos.

Como seria impossível de se fazer um ajuste na variável “tipo de texto”, já que não há como ser aglomerada em subitens e tampouco serem criados dados fictícios para o programa ser rodado (seriam muitos e alterariam o resultado como um todo), a variável foi descartada da análise, sendo utilizada apenas para análise de valores absolutos e percentuais de ocorrências. E para que fossem eliminados os nocautes gerados a partir da variável “tipo de autor”, os nomes dos escritores foram agrupados em duas categorias previstas na metodologia deste trabalho: autores nascidos até e após 1580. Depois dos ajustes, foi possível rodar o programa.

Utilizamos como valor de aplicação os grupos de autores e obtivemos a seguinte distribuição de dados nas células:

Tabela 5: Grupos de autores x presença/ ausência do *a pessoal*

PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL	GRUPOS DE AUTORES				RESULTADO	
	NASCIDOS ANTES DE 1580	%	NASCIDOS DEPOIS DE 1580	%	TOTAL	%
USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	150	35	225	40	375	39
USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	114	28	95	18	209	21
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	51	12	151	26	202	20
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. COMUNS	106	25	91	16	197	20
TOTAL	421	42	562	58	983	100

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

Há um predomínio de dados no segundo grupo de autores (562 dados, 58%) em relação ao primeiro grupo (421 dados, 42%). O cruzamento com maior volume de dados na célula foi o de uso diante de substantivos próprios em textos de autores nascidos depois de 1580, com um total de 225 dados, 40% do total do segundo grupo de escritores. A taxa de uso diante de substantivos próprios também foi alta no grupo dos nascidos antes de 1580, um total de 150 ocorrências, o percentual mais alto (35%) de ocorrências para o grupo. As células com menores valores estão relacionadas à ausência do complemento direto preposicionado.

O GoldVarb 2001 selecionou apenas a variável de “ausência/presença do *a pessoal*” para atribuição de pesos relativos, não considerando como relevante a variável “grupo de autores”. Rodamos o programa com valor de aplicação “uso diante de substantivos próprios”

No quadro a seguir, a ordem dos fatores exibidos pelo programa e os pesos relativos correspondentes:

Tabela 6: Pesos relativos para o *a pessoal* (valor de aplicação: uso diante de substantivos próprios)

VARIÁVEL SELECIONADA	RESULTADO		
	TOTAL DE DADOS	%	PESO RELATIVO
USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	375	39	0.52
USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	209	21	0.68
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	202	20	0.38
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBS. COMUNS	197	20	0.39

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

A variável “uso diante de substantivos próprios” obteve peso relativo de 0.52, contra 0.38 da variável correspondente para a ausência. Com relação ao uso ou

ausência diante de substantivos comuns que designam substantivos próprios, a vantagem foi ainda maior: 0.68 para a presença contra 0.39 para a ausência. Importante também considerar a diferença entre os pares (0.14 entre uso e ausência diante de substantivos próprios e 0.29 entre uso e ausência diante de substantivos comuns que designam próprios). Considerando que 0.0 é menos favorável e 1.0 mais favorável, percebemos que, nos dois conjuntos de variáveis, os casos de uso obtiveram maiores pesos, o que significa que são estes os ambientes mais favoráveis para se explicar o *a pessoal*.

Mesmo havendo diferença entre os pesos de uso/não uso, é interessante considerar que os índices de ausência se mostraram altos. Como a variável não deveria se manifestar nestes contextos (ao menos em tese), podemos inferir que ou (i) o *a pessoal* se encontrava em processo de variação; ou (ii) os autores portugueses da época, por não dominarem as estruturas do espanhol, oscilavam o uso entre uma forma e outra, caracterizando interlíngua.

Por encontrar referências teóricas referentes ao uso categórico da preposição *a* diante de complemento [+humano] no espanhol da época (conforme citado na seção 4.2.2.1), considerou-se como mais provável a segunda hipótese, a de que os autores, por conta da interferência, aplicaram a sintaxe portuguesa às sentenças em castelhano, omitindo a preposição *a* quando esta se fazia de uso obrigatório.

A seguir, alguns exemplos retirados do *corpus* – uso e ausência nos dois contextos linguísticos estudados. Começou-se por dados da obra de Duarte Nunes de Leão, escrita em prosa:

Tabela 7: O *a pessoal* diante de substantivos próprios – Duarte N. de Leão

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	[El poeta Virgilio] introduze <u>a</u> Eneias...
	Eligio por su tutor y defensor del reyno <u>al</u> Infante Don Pedro...
	Huvo mas <u>al</u> Infante Don Fernando...
	Huvo <u>al</u>
	Infante Don Pedro...
	huvo muchos que amonestaron <u>a</u> Don Iuan Maestre de Avis...
	Y teniendo <u>a</u> la señora Doña Maria...
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	Huvo Ø el Conde Don Henrique...
	Huvo también Ø la Reyna Doña Teresa...
	Huvo Ø la Reyna Doña Teresa...
	Y [hizo citar] Ø Don Antonio
	Mato Øel General Gratz
	Devasto Ø toda Palestina
	Y huvo del en contracambio Ø la ciudad de Segorbe...

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

O verbo *introduzir/introducir* também é verbo transitivo direto e, por se apresentar antes de *Eneias*, nome próprio, deve levar complemento preposicionado, como no exemplo apresentado. Do mesmo modo, o verbo *eleger/elegir* selecionou o complemento preposicionado “*al Infante Don Pedro*”, mesmo havendo a interpolação entre o verbo e o complemento pelo sintagma “*por su tutor y defensor del reyno*”.

Interessante observar a transitividade do verbo *haver/haber*, que, nos casos acima, seleciona/deveria selecionar complementos diretos preposicionados de traço [+humano]. Atualmente, o verbo *haver/haber* não é utilizado nesses contextos, em nenhuma das duas línguas, sendo empregado o verbo *ter/tener* com semântica correspondente, como no exemplo “*Y teniendo a la señora Doña Maria*”. Pode-se perceber, então, o uso sinônimo dos verbos *haver/haber* e *ter/tener* quando relacionados a “concepção de um filho”.

Do mesmo modo, foram encontrados muitos dados de ausência da preposição *a* diante de complementos de traço [+humano] selecionados pelo verbo *haver/haber*, conforme citado na tabela. A ausência da preposição pode estar relacionada com outra característica semântica do verbo *haver*, a de verbo auxiliar, muito próspera em ambas as línguas. Sendo verbo auxiliar, não há complemento e muito menos a possibilidade de uso da preposição *a*.

Outro sentido do verbo *haver/haber*, também selecionando complemento direto, se manifesta no exemplo “*Y huvo del en contracambio Ø la ciudad de Segorbe*”. Nesse exemplo, o verbo se manifesta com o sentido de “receber” uso menos comum na língua. No exemplo, também não há o uso da preposição antecedendo o complemento do direto do verbo *haver* – *la ciudad de Segorbe*¹².

Com relação ao exemplo “*Y [hizo citar] Ø Don Antonio*”, temos uma locução verbal implícita, citada na oração anterior, que seleciona complemento direto. Como o complemento é de traço [+humano], haveria a obrigatoriedade do uso da preposição *a* antecedendo-o, o que não ocorre no referido dado. Nesse caso, a locução, estando implícita, poderia estar motivando a ausência da preposição.

Nos outros dois exemplos, o verbo está explícito e em posição canônica, ou seja, antes de seu complemento. Contudo, mesmo nesses termos, houve a supressão da preposição *a* diante do complemento [+humano]. Em “*Mato Øel General Gratz*”, inclusive, deveria haver a fusão da preposição *a* com o artigo definido *el*, transformando-se em *al*, segundo os critérios morfofonológicos do espanhol.

Com relação ao verbo *devastar*, em “*Devasto Ø toda Palestina*”, há um caso especial, o de ausência do *a* diante de nomes próprios que designam lugares. Como exposto anteriormente no capítulo “Metodologia”, o uso do *a* diante de complemento direto referente a nome de lugares está em desuso no espanhol atual, mas era obrigatório no espanhol antigo. Nesse sentido, temos uma construção agramatical para o referido dado.

Os dados a seguir são da obra de Jerónimo Corte Real, em verso, sobre a mesma situação de uso.

¹² Consideramos como substantivo próprio construção como a citada, mesmo que haja um substantivo comum generalizador diante do especificador (cidade de Segorbe = Segorbe).

Tabela 8: O *a pessoal* diante de substantivos próprios – J. Corte Real

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	Que conquistando <u>a</u> Cipro...
	Y tras ella <u>a</u> Candia toma...
	Y [toma] <u>a</u> Sicilia...
	[subjectar] <u>a</u> Mallorca... (10v)
	[subjectar], <u>a</u> Cerdeña... (10v)
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	[subjectar], y a Sicilia... (10v)
	Parescele tomar Ø Cipro...
	De subjectar también Ø Centipolea...(10v)

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

Todos os verbos que precedem os nomes de lugares, presentes nos exemplos da tabela 8, são transitivos diretos (*conquistar, tomar, subjectar, parecerse*) e seus complementos deveriam estar antecidos pela preposição *a*, segundo as regras mencionadas para o espanhol da época. Há, contudo, dados em que isto não ocorre, e estes foram classificados como agramaticais, fruto do estágio de interlíngua em que se encontravam os autores portugueses quando escreviam em castelhano.

Com relação ao uso da preposição antecedendo complemento direto de traço [+humano], quando o complemento for um substantivo comum designando um próprio, os resultados mostraram, como citado anteriormente, predominância do uso com relação à ausência.

Os exemplos a seguir são da obra de Duarte Nunes de Leão.

Tabela 9: O *a pessoal* diante de substantivos comuns – Duarte N. de Leão

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	Y con el odio que persiguió <u>a</u> su hermano...
	Que succedio <u>a</u> su padre enel Ducado...
	Hasta que desterró <u>a</u> su amado hijo...
	Teniendo ya un hijo que se llamo Don Alonso, que succedio <u>a</u>
	su padre enel reyno...
	Que gobernando <u>a</u> todos...
	Nadie le governava <u>a</u> el.
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	No oya de buena voluntad <u>a</u> hombres noveleros...
	Huvo, también, Ø dos hijas...
	Huvo el Rey Don Alonso Ø mas dos hijos...
	Esta Reyna murió muy moça, y dejo Ø una hija...
	Y sin oyr Ø las partes, dava sus sentencias...
ni [oya] Ø los que en ausencia hablaban mal de otros...	
	Subjectó Ø muchos Reyes...

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

No primeiro conjunto de exemplos, há os substantivos *hermano, padre, hijo e hombres*, e os pronomes *todos e él*, substituindo nomes próprios – no caso, nomes de pessoas. Os verbos que os selecionam são transitivos diretos, o que justifica o uso da preposição *a* antes dos complementos [+humanos].

No segundo conjunto, com a ausência do uso da preposição, há novamente o verbo *haver/haber* utilizado no sentido de “gerar, conceber filhos”, como em “*Huvo, también, Ø dos hijas*”. De todo modo, os complementos deveriam ser antecidos pela preposição *a*, já que substituem nomes próprios. O mesmo acontece com os verbos *dejar*, *oyr* e *subjectar*, transitivos diretos, que selecionaram complementos diretos que deveriam ser preposicionados.

No exemplo “*Ni [oya] Ø los que en ausencia hablaban mal de otros...*”, há um caso complexo de substituição do nome próprio como complemento direto – o termo mais prototípico para receber a preposição *a*. No exemplo, o verbo *oyr*, implícito, presente na oração anterior, seleciona o complemento “[*a*] *los que en ausencia hablaban mal de otros*”, sintagma com função de complemento [+humano] e que poderia ser substituído por qualquer nome de pessoa, como em “*Nioya a Don Duarte.*” O fato de ser um sintagma nominal, construção mais complexa que o substantivo, poderia estar motivando a elipse da preposição.

No conjunto de exemplos a seguir, de autoria de Corte Real, percebemos dificuldades semelhantes às apresentadas nos dados de Duarte Nunes de Leão para a aplicação da regra do complemento direto preposicionado quando este não for um substantivo próprio:

Tabela 10: O *a* pessoal diante de substantivos comuns – J. Corte Real

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	[arrebataban] <u>A</u> Turcos...
	[arrebataban] <u>a</u> soldados...
	El Comitre castiga <u>al</u> perezoso...
	A batalla <u>al</u> Turco incita...
	Siguiendo <u>al</u> enemigo...
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	Manda apriesa llamar Øsus Baxas todos...
	[manda llamar] Ø Sus capitanes fuertes...
	Ganar con fuerte armada Øel Reyno ageno...
	Sin trabajo tomo Iacob Øel Reyno...
	Vencer Øla Christiandad...

Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

No primeiro conjunto, há os verbos *arrebatar*, *castigar*, *incitar* e *seguir* selecionando complementos diretos. Os vocábulos *Turco(s)*, *soldados*, *perezoso* e *enemigo* funcionam como este complemento, e poderiam ser substituídos ou fazem referência a nomes de pessoas. Interessante observar que o termo *perezoso*, que geralmente desempenha função de adjetivo, no contexto do exemplo funciona como substantivo/objeto do verbo. Outro fato importante é que o autor, nos exemplos do primeiro grupo, aplicou adequadamente os padrões morfofonológicos do espanhol para os casos em que há o encontro da preposição *a* com o artigo *el*, fundindo-se em *al*.

No segundo grupo de exemplos, há a ausência diante de *Baxas*, *Reyno* e *Christiandad*. Com relação à ausência diante de *Baxas*, complemento direto selecionado pela locução verbal *apriesa llamar*, a relação entre o substantivo comum (mesmo que expresso com inicial maiúscula) com algum substantivo próprio é um pouco mais clara

que a relação contida nos demais exemplos, em que são selecionados o termo *Reyno*, que desempenha nome de algum lugar, e *Christiandad*, substantivo genérico, mas que faz referência a um conjunto de pessoas – específicas. A interpolação também poderia estar condicionando a supressão da preposição *a*, como no exemplo “*Ganar con fuerte armada Øel Reyno ageno...*”, em que há a interpolação do verbo *ganar* ao seu complemento “*el Reyno ageno*” pelo sintagma adverbial “*con fuerte armada*”. No exemplo “*Sin trabajo tomo Iacob Øel Reyno*”, a ordem inversa dos constituintes (verbo – sujeito – objeto, ao contrário de sujeito – verbo – objeto) também poderia estar condicionando a supressão.

De qualquer modo, a variável “*a pessoal*” se mostrou importante para explicar o período do bilinguismo luso-castelhano, pelos altos resultados de ocorrência nos contextos em que o uso determinava a não ocorrência; e, do mesmo modo, os índices em contextos de uso arbitrário se mostraram favoráveis para o *a pessoal*, mas não atingiram índices tão elevados.

O uso da preposição *a* antes de complementos diretos de traço [+humano] é, sem dúvida, uma das marcas mais importantes na relação entre o português e o espanhol na época em estudo. Já que o fenômeno linguístico existe apenas em espanhol, os autores portugueses, ao escrever nesta língua, aplicaram os padrões de sua língua à língua castelhana. Os dados e os resultados desta pesquisa confirmam o fato e corroboram a hipótese deste estudo para a variável de que os autores portugueses da época não utilizavam o “*a pessoal*” em seus textos em espanhol.

5 Considerações finais

A partir das análises dos dados, foi possível evidenciar um dos fenômenos linguísticos que é caracterizador do chamado “castelhano de Portugal”.

Os resultados encontrados para esta variável têm peso alto na explicação do que seria o “castelhano de Portugal”, já que apresentam contrastes significativos entre os usos das formas gramaticais lusitanas e das castelhanas.

Pelos resultados da pesquisa, foi possível evidenciar um dos aspectos envolvidos na concepção do castelhano de Portugal. De modo sintético, pode-dizer que os resultados para a variável “uso da preposição *a* diante de complementos diretos de traço [+humano]” mostraram que os autores portugueses aplicaram as regras típicas do português em seus textos escritos em castelhano, caracterizando *interferência por transposição de regras* de uma língua sobre as da outra.

Os aspectos não tratados nesta pesquisa, então, podem ser objeto de pesquisa em trabalhos futuros, colaborando assim para uma explicação mais ampla do castelhano de Portugal.

Há que ser considerado, também, que o trabalho com textos antigos é tarefa um tanto quanto complexa. Os textos, na maior parte das vezes, se apresentam danificados pelo tempo e pelo manuseio, o que dificulta a leitura e a coleta de dados e exige dos pesquisadores dedicação muito maior do que quando estão em análise textos atuais. Na melhor das hipóteses, como é o caso dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, os documentos já estão digitalizados e disponíveis para acesso virtual, o que economiza inúmeras visitas a bibliotecas para consulta direta nos originais.

Referências

AREÁN-GARCÍA, N. Breve histórico da Península Ibérica. *Revista Philologus*, ano 15, n. 45. Rio de Janeiro: CiFEFil, set./dez. 2009, p. 25-48.

ARIZA, M. La preposición A de objeto: teorías y panoramas. *In: Lexis*. vol. XIII, n. 2. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1989. p. 203-222.

DURÃO, A. B. A, B. *Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de portugués*. Londrina: EDUEL, 2004.

ENRIQUE-ÁRIAS, A. La distribución de los pronombres de objeto en español: consideraciones históricas, tipológicas y psicolingüísticas. *In: Lingüística*. n. 5, La Rioja: Unirioja, 1993, p. 41-76.

FERNÁNDEZ SORIANO, O. El pronombre personal: formas y distribuciones. *In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). Gramática descriptiva de la lengua española 1: sintaxis básicas de las clases de palabras*. Madrid: Espasa, 2000. p. 1317-1397.

GARCÍA PÉRES, D. *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los escritores portugueses que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890.

GÓMEZ TORREGO, L. *Perífrasis verbales: sintaxis, semântica y estilística*. Madrid: Arcos/Libros, 1988.

GUY, G. R. *Varbrul: análise avançada*. Traduzido por Ana Maria Stahl Zilles. North York, (Canadá): York University, 1988. p. 27-49.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LACA, B. Sobre el uso del acusativo preposicional en español. *In: PENSADO, C. (org.). El complemento directo preposicional*. Madrid: Visor Libros, 1995. p. 61-91.

LAPESA, R. *Estudios de morfosintaxis histórica del español*. Madrid: Gredos, 2000. vol. 1.

LEAO, D. N. de. *Genealogia verdadeira de los reyes de Portugal*. [1590]. Disponível em: <https://purl.pt/14278/1/index.html#/1/html>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *Orígenes del español*. 5. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

MONTEAGUDO, X. H. *História social da língua galega*. Vigo: Galáxia, 1999.

MORENO, Cristina Isabel Velázquez. *El acusativo preposicional en la docencia del español como lengua materna y LE*. Disponível em:
<http://www.cuestionartemagazine.com/wpcontent/uploads/2013/06/ART%C3%8DCULO-ACUSATIVO-PREPOSICIONAL.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

PENSADO, C. El complemento directo preposicional: estado de la cuestión y bibliografía comentada. In: PENSADO, C. *El complemento directo preposicional*. Madrid: Visor Libros, 1995. p. 11-59

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario panhispánico de dudas*. Madrid: Espasa, 2005.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española*. Manual. Madrid: Espasa, 2010.

SANTOS GARGALLO, I. *Lingüística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera*. Madrid: Arco Libros, s. l., 1999.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Sintra: Europa-América, 1999.

SAVEDRA, M. M. G., HEYE, J. Dimensões de bilingüismo e bilingüidade na aquisição formal da L2. In: *Revista Palavra*. Rio de Janeiro. Depto. de Letras, Puc Rio, n. 03, 1995, p. 78-86.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. Niterói: *Gragoatá*, 2012. n. 32, p. 11-27.

SOUSA, M. C. P. *Reflexões sobre a escrita portuguesa no período de bilingüismo literário: séculos 16 a 18*. [2008]. Disponível em:
<http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20080600.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEYSSIER, P. *A língua de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

TORIJANO, J. A. *El estudio de los determinantes en aprendices lusohablantes de español*. *DICENDA Cuadernos de Filología Hispánica*. Madrid: Universidad Complutense, 2008. vol. 26, p. 235-257

TORREGO SALCEDO, E. El complemento directo preposicional. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe. 1999. vol. 1, p. 1779-1805.

VALDÉS, G. Heritage Language Students: Profiles and Possibilities. In: PEYTON, J.; RANARD, J.; MCGINNIS, S. (eds.). *Heritage Languages in America: preserving a*

national resource. McHenry, IL: The Center for Applied Linguistics and Delta Systems, 2001. p. 37-80.

VÁZQUEZ CUESTA, P. *A língua e culturas portuguesas em tempos dos Filipos*. Sintra: Europa-América, 1986.

VÁZQUEZ CUESTA, P.; LUZ, M. A. M. da. *Gramática Portuguesa*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1971.

VÁZQUEZ, I. Reflexiones sobre el infinitivo conjugado portugués desde la perspectiva española. *Exedra*, Coimbra, n. 5, 2011.